

# MEMÓRIA HISTÓRICA NO MÉDIO VALE PARAÍBA FLUMINENSE: A TRAJETÓRIA DO BARÃO DE GUAPY EM BARRA MANSA NO SÉCULO XIX

## HISTORICAL MEMORY IN THE MIDDLE PARAÍBA FLUMINENSE VALLEY: THE TRAJECTORY OF BARÃO DE GUAPY IN BARRA MANSA IN THE 19TH CENTURY

Carlos Renato Dias  
do Lago

Universidade de Vassouras, Vassouras/RJ, Brasil, Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil  
e-mail carlosrenatodiasdolago@gmail.com

Orlando Soares  
Taborada

Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil  
e-mail orlandotaborda94@gmail.com

### Resumo

Este artigo propõe analisar a trajetória do Barão de Guapy, em Barra Mansa, no Vale do Paraíba no século XIX, a partir da teoria da memória histórica proposta por Maurice Halbwachs na condição de um protótipo da região. Bem como, a análise será desenvolvida a partir do conceito de disciplina professado por Michel Foucault. A hipótese que norteia o estudo é: as representações sociais são, histórica e simbolicamente, da elite dominante enquanto uma demarcação de espaço em detrimento dos “sem vozes”. Comprovada a hipótese, a coletividade local e região terão como possibilidade de questionar por que outras categorias sociais ainda não estão representadas nos espaços públicos. No entanto, para o desenvolvimento da pesquisa a questão que nos orienta é: Como as representações sociais sobre o Barão de Guapy foram construídas, por meio do discurso, na localidade de Barra Mansa, pelos grupos políticos no século XIX e XX, e de que forma essas narrativas de poder excluem ou silenciam outras categorias sociais no Vale do Paraíba.

### Palavras-chave

Barão de guapy. Século XIX. Memória. Patrimônio.

### Abstract

This article aims to analyze the trajectory of Baron de Guapy in Barra Mansa, in the Paraíba Valley in the 19th century, based on the theory of historical memory proposed by Maurice Halbwachs as a prototype of the region. The analysis will also be developed based on the concept of discipline professed by Michel Foucault. The hypothesis that guides the study is: social representations are, historically and symbolically, of the dominant elite as a demarcation of space to the detriment of the “voiceless”. If the hypothesis is proven, the local community and region will benefit from the possibility of questioning why other social categories are still not represented in public spaces. However, for the development of the research, the question that guides us is: How were social representations about Baron de Guapy constructed, through discourse, in the locality of Barra Mansa, by political groups in the 19th and 20th centuries, and in what way do these narratives of power exclude or silence other social categories in the Paraíba Valley.

### Keywords

Baron of gapy. 19th century. Memory. Heritage.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 04/07/2025  
Publicado em 30/08/2025

## 1. INTRODUÇÃO

A região do Vale do Paraíba no século XIX, que tinha uma cobertura vegetal densa e habitada por tribos nativas e pequenos agricultores, sofreu um processo de transformação de um espaço, até então asselvajado, num território dominado por uma classe senhorial, plantel de escravizados, com extensas propriedades rurais produzindo café.

Ao longo do período dos oitocentos, essa categoria dominante constituiu-se de pequenas, médias e grandes fazendas produtoras de grãos de café para exportação. Desse modo se tornou a alavanca econômica do império e com isso ampliou-se a rede de poder e interesses, tanto para com a corte em termos de privilégios, quanto nas localidades, formando-se um entrelaçamento de família, grupos de amigos e compadrio político.

Essa construção social dos fazendeiros do Vale do Paraíba favorecia os negócios econômicos, tanto na ampliação de terras e plantio de café, bem como na aquisição de africanos para serem escravizados nas fazendas. Efetivamente, a engrenagem social e econômica era conjugada com diversos elementos, entre eles: política, festas, representações culturais, acesso fácil na corte imperial, os hábitos sociais, a arquitetura, vestuário, literatura, mobília, viagem à Europa; com efeito, tinha um propósito de estabelecer demarcações no espaço de poder e nas relações sociais o *status quo*.

Joaquim José Ferraz de Oliveira nasceu em 28 de maio de 1813 em São João Marcos, capitania do Rio de Janeiro e faleceu em Barra Mansa em 15 de novembro de 1893. “Filho de Alexandre José de Oliveira e de d. Benta Maria de Oliveira, índia da tribo tamoio, falecida em 1850 em Barra Mansa, onde se encontra seu jazigo” (ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL, Petrópolis, 1954, p.119).

Ao longo de sua trajetória Comendador Joaquim Ferraz desempenhou diversas funções no Estado, coronel da Guarda Nacional, juiz de paz, líder do partido conservador, vereador na Câmara Municipal de Barra Mansa e Presidente desta instituição. Além disso, fomentou a construção do prédio desse parlamento, com o adiantamento à Câmara de grossa soma para conclusão de cantaria e telhamento, também a Santa Casa de Misericórdia (ZALUAR, p.25).

Militou pelo campo político filiado ao partido conservador exercendo cargo de presidente da Câmara Municipal onde promoveu diversas construções, entre elas o paço municipal sendo considerado um dos mais belos edifícios da província. Dito isso, foi casado com d. Delfina Ferraz de Oliveira que faleceu em 11 de novembro de 1890 na mesma cidade e não deixou descendentes (ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL, Petrópolis, 1954, p.119)

Com o “Decreto concedendo o título de barão de Guapy, a Joaquim José Ferraz de Oliveira, referendado por João de Almeida Pereira Filho. Palácio do Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1861”. Entretanto, a partir dessa data, tanto Ferraz quanto sua esposa, Delfina Ferraz de Oliveira, passaram a assinar os documentos como barão de Guapy e baronesa Guapy.

Efetivamente, no período de 1864 e 1870, quando ocorreu o conflito na América do Sul, conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, Paraguai contra o Brasil, Argentina e Uruguai, “prestou relevantes serviços durante a guerra do Paraguai. Exerceu vários cargos eletivos e foi Presidente da Câmara Municipal do Estado do Rio de Janeiro Fra Comendador da Imperial Ordem de Cristo e da Imperial Ordem da Rosa” (p.168) (arquivo Nokiliarchico Brasileiro Organizado Pelo Barão De Vasconcellos)

Na dimensão privada foi fazendeiro, proprietário da fazenda Ribeirão Frio no distrito de Nossa Senhora das Dores, hoje Dorândia município de Barra do Piraí/RJ, produtor de café e possuindo mais de quatrocentos africanos escravizados

Emílio Zaluar, em setembro de 1859, em peregrinação pela província do Rio de Janeiro, sobretudo o médio Vale do Paraíba, visitando diversas localidades, entre elas fazendas, hospedou-se inicialmente em Barra Mansa para um festejo que estava ocorrendo, entre os dias três e oito de setembro do referido ano.

Oportunamente, destaca-se, que a festa tinha por objetivo angariar recursos econômicos para a construção da Santa Casa de Misericórdia e era um evento majestoso. “Cerimônias religiosas, iluminações, fogos artificiais, procissão, jantares, bailes e teatros trouxeram em contínuo movimento os pés, os olhos e os estômagos dos convidados” (ZALUAR, p.23).

A história da Santa Casa começou em 1859, quando o Barão de Guapi, eleito festeiro do Divino, realizou um evento que deixou memória. No dia 06 de setembro de 1859, o Barão e seus companheiros resolveram dar um nobre destino à renda obtida numa festividade e criou a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Barra Mansa (<https://www.scbm.org.br/historia>, disponível; acesso em 19 de fev. 2025)

Emílio Zaluar declara na sua obra que a festa estava muito animada ao longo de quatro dias. O entusiasmo animava o espírito desta grande romaria com leilões, fogos de artifícios e muitos forasteiros das redondezas, muito se distraiu, “mais com o contentamento alheio do que com o próprio”. Foi um espectador silencioso. Contudo, no final do evento seguiram num cortejo para a Fazenda Ribeirão Frio do Comendador Joaquim Ferraz e sua esposa Delfina Ferraz, onde se hospedou por alguns dias.

Ao longo da caravana rumo à fazenda Ribeirão Frio, do Comendador em Dores do Pirahi, hoje Dorândia, apreciou as belezas do rio Paraíba, das planícies e das montanhas que compunham o cenário das paisagens com seus cafezais, entre os sorrisos, piadas e boa conversa. Com isso o espírito divagou e esqueceu do mau estado das estradas, resultado da ausência dos conservadores e vigilância da administração pública.

No dia seguinte chegaram na propriedade do Comendador e o pensador encantou-se com as

belezas do lugar pitoresco em termos de estrutura. Uma mini cidade autossuficiente assentada no meio de uma planície, por onde se entra por dois grandes portões na frente. O casarão que tinha em torno de si trezentos e onze braços de circunferências, desfrutava de oficinas com forja [processo metalúrgico fundamental, usado para moldar metais por meio de martelagem, prensagem ou laminação, transformando-os em peças desejadas], marcenaria, engenho, alfaiataria, mais de quatrocentas enxadas para igual número de escravos e grande movimentação desses num vasto plantio de café, milho, arroz feijão e gordos semoventes: bois, cavalos e porcos.

Na vida doméstica uma espontânea receptividade e cordialidade tanto da esposa do Comendador, quanto das pessoas que ali trabalhavam deixando o hóspede extremamente agraciado. No interior de uma sala muito ampla e bem ornamentada repousava um “magnífico piano harmônico dos mais modernos de Debain, destros e delicados dedos para nele interpretarem algumas das mais difíceis composições dos grandes mestres” no canto do cômodo demonstrado o conforto e a luxúria que se impunha do legítimo prestígio que gozava o Sr. Comendador Joaquim José Ferraz de Oliveira (ZALUAR, p.29).

## 2. MONUMENTOS HISTÓRICOS, PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

O prestígio ou admiração é um reconhecimento social que um indivíduo ou grupo recebe dentro de uma determinada sociedade ou cultura. Com efeito, é o que Max Weber leciona denominando de “contrato de confraternização”, o simbolismo que prospera nas ações demonstra afeto e acordos informais entre amigos, possibilitando prestígio e autoridade, no entanto, “ A posição moderna das associações políticas baseia-se no prestígio que lhes concede a crença específica, difundida entre os participantes, numa especial sagração, dada pela "conformidade à lei" da ação social por elas ordenada. E isso também e precisamente quando esta ação compreende coação física, incluindo o poder sobre vida e morte (WEBER, 2004, p.19).

Pierre Bourdieu entende o prestígio numa perspectiva de capital simbólico que se funda no gosto pessoal, obras de artes, e a mais próxima da forma mais irrepreensível e mais inimitável do acúmulo” que incorpora sinais de distinção simbolizando poder e autoridade (BOURDIEU, 2007, p.263).

Efetivamente, as representações sociais, tanto Monumentos Históricos quanto Patrimônio Cultural Imaterial cumprem funções específicas voltados para a demarcação de espaço de poder da elite dominante e, sobretudo, é um reforço do contrato de confraternização com nomeações de ruas, prédios, clubes, praças e monumentos, de pessoas legitimadas enquanto uma lembrança. Entretanto, o que é dispensado aos “sem vozes”, aos excluídos do processo social é o túmulo do esquecimento. É relevante destacar, para exemplo, algumas cidades no Vale do Paraíba que compõe o cenário do

que foi discutido até aqui.

Monumentos Históricos, Patrimônio Cultural Imaterial	Barra Mansa	Barra do Pirai	Valença	Vassouras
Ruas Avenidas Travessas	Barão de Guapi; Joaquim Leite; Major José Bento;	Coronel Carlos de Araújo; Major Francisco Fernandes; Dr. José Maria Coelho	Dos Mineiros; Domingos Mariano; Ernesto Cunha; Raphael Jannuzzi; Pe. Lua; Peçanha; Barão do Rio Bonito; Teófilo dos Santos; Visconde de Ipiabas; Araújo Leite;; Travessa Euticiano Ramos, Américo Silveira ; Cleber Barreto Neves (direito), Rua Vito Pentagna	Rua Irmã Maria Agostinha Rua MatrizPraça Rocha MirandaPraça Major Suzano Rua Barão de Vassouras Rua Dr. Fernandes Júnior Avenida Otávio Gomes Avenida Expedicionário Oswaldo de Almeida RamosRua Barão de TinguáDulcina Helena Accioli Prefeito Henrique Borges Filho; Sebastião Manoel Furtado; Expedicionário Oswaldo de Almeida Ramos; Américo Avelar de Mello Afonso; Rui Barbosa; Marechal Paulo Torres.
Praças e chafarizes	Barão de Guapi; Poncede Leon; Dom Sebastião Leme; da Bandeira; Praça Vinte e Um de Abril; Presidente Castelo Branco	Praça Nilo Peçanha; Praça dos Expedicionários;	Pça. Visconde do Rio Preto; Praça XV de Novembro; Praça Portugal; Paulo de Frontin; Praça da Bandeira, Praça Pe.Gomes Leal; Praça Tristão	Barão de Campo Belo; Major Suzano; Rocha Miranda; Manoel Lavinas; Manoel Macedo; Chafariz Monumental; Memorial do Trem; Casa de Cultura Tancredo Neves

			Silvestre de Macedo	
Monumentos	Palacio Barão de Guapy; Fazenda da Posse; aos Pracinhas; aos Operários (CSN/VR);	Beco da Carioca A Catedral da Senhora Sant'Ana; Chafariz da Carioca; Casa da Princesa Isabel; Centro Cultural Aracy Carvalho Di Biase; Ponte Getúlio Vargas	Igreja Colegiada de Santo; aos Expedicionários; Praça da República; Centro de Cultura Olívia Barradas; Monumento à Inteligência	Museu Casa da Hera; Trem do Barão; Palacete Barão de Itambé; Palacete Barão de Ribeirão; Memorial Manoel Congo; Mirante do Imperado; Palacete Barão de Itambé; Barão de Ribeirão; Mirante do Imperador

[https://codigo-postal.org/pt-br/brasil/rj/barra-do-pirai/centro/#google\\_vignette](https://codigo-postal.org/pt-br/brasil/rj/barra-do-pirai/centro/#google_vignette)  
<https://www.portalvalencarj.com.br/praca-xv-de-novembro-jardim-de-baixo>  
<https://chatgpt.com/>  
<https://portalvaledocafe.com.br/vassouras.asp>

### 3. METODOLOGIA

Factualmente, diz Halbwachs, o lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro, onde nele se escrevem e apagam números e figuras” (HALBWACHS, 2024, p.117). O rastro, resquícios ficam depositados à espera da descoberta. Entretanto, isso só acontecerá com uma disposição heurística.

As experiências passadas, quando revividas de alguma forma, a impressão que se tem é que esta reconstrução tem uma sintonia fina com as motivações pessoais. Entretanto, analisar tal fenômeno por uma vertente de pensadores, entre eles Maurice Halbwachs, cuja base teórica permite-nos a não aceitar a separação entre sociedade e memória, é categorizar a memória como uma construção social (HALBWACHS, 2024, p.39).

Patentemente, Halbwachs defende que os indivíduos recordam a partir de estruturas sociais nas quais estão inseridos. Uma vez que essas figuras sociais pensam e refletem em conformidade com as instituições sociais que o cercam. Dito isso, os fatos passados são revividos e interpretados não como eles se passaram de fato, mas a partir da mundividência pessoal de cada um que se propõe a pensar sobre essa realidade.

Verazmente, consoante a inteligência de Jô Gondar tratando-se do conceito de memória social, não basta pensar, ou nos atermos na polissemia conceitual, reitera que “o conceito de memória,

produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. Seja qual for a escolha teórica em que nós situemos, estaremos comprometidos ética e politicamente” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p.17).

Sobretudo, capturar que as sociedades passam por transformações de pequeno ou de maior porte e, efetivamente, nesta condição a memória alcança duas vias diferentes de pensamento preservando-se dois quadros que, ora é um e, ora outro que se busca situar no sentido de recuperar as lembranças onde estão localizados.

Especialmente, não se retrocede do presente ao passado seguindo inversamente, mas para recuperar um passado nos transportamos para lá mentalmente. Assim, diante das transformações é possível recuperar o que restam dos vestígios daquilo que primitivamente foi construído naquele tempo. Portanto, não há sociedade que tenha vivido num determinado tempo e que não tenha deixado alguma marca (HALBWACHS,2024, p.110).

Importante destacar que lembranças e memória são figuras diferentes na vida humana. De um lado tem-se o indivíduo com suas lembranças e do outro a memória coletiva e social. A primeira, no entanto, lembranças,

Indivíduos reconstruem suas lembranças tendo como ponto de partida fragmentos de imagens coletivas já existentes; quando estão dormindo, não contam com todos os seus sentidos para organizar as imagens fragmentadas. O mesmo fenômeno acontece estejam eles adormecidos ou embriagado (SANTOS,2012, p.56).

Por um lado, encontramos os estudos que associam a memória coletiva à continuidade dos laços de solidariedade de um tempo a outro, o que acontece por meio de rituais, comemorações, monumentos, museus e instituições diversas; estes são autores que, inspirados em Maurice Halbwachs, compreendem as memórias coletivas por sua natureza e função sociais, uma vez que não só sua gênese é associada aos grupos familiares, religiosos e de trabalhadores, entre outros, como ainda sua manutenção e transmissão (SANTOS,2012,p.10).

No caso em análise, esclarece-se que o que se depreende do alcance de Santos, “A memória não é só pensamento, imaginação e construção social, mas também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente” (p.30). Indubitavelmente, transverter esse amontoamento de informações, um patrimônio cultural, em algo novo, enquanto um produto submetido à criticidade, desnudado do alcance ideológico, político e do poder, é levar à coletividade não imaginação, mas uma informação lapidada pela razão possibilitando uma reflexão sobre o passado para compreensão e valorização do futuro.

Michael Pollak, no caso sub examine, urge mencionar que existem numerosas forças de diferentes pontos de referência que se insere na memória da coletividade, na qual pertencemos, para

produzir um resultado. Exemplo: os monumentos, a arquitetura, os lugares de memória, nome de ruas e de avenidas, chafarizes, clubes e praças, pontes e etc. A propósito, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados. As tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias (POLLAK, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15).

Pierre Nora, na vertente assunto que nos conduz, faz mister canonizar que “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”. No entanto, reforça que memória e história não são sinônimas. Exemplo: havendo rastro e distância estamos na história e, diferentemente, a memória é quando tomamos consciência, é vida (NORA, 1993, p.13). Memória instala a lembrança no sagrado e a história a liberta.

Prossegue o autor, a memória pertence a dois domínios, o simples e ambíguo, naturais e artificiais. São lugares com efeito de três sentidos: material, simbólico e funcional. Ex.: arquivos, imaginação e, o funcional que são manuais de aula, testamento etc. O arquivo e a imaginação, só é lugares de memórias se revestir de uma áurea simbólica. O que interessa é a revitalização da lembrança e a transmissão do que caracteriza acontecimento vivido por um pequeno grupo do qual a maioria não participou, portanto é simbólico (NORA, 1993, p. 22 e 23).

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p.13). Por isso, criam-se arquivos, mantêm-se aniversários, celebrações de datas históricas de personalidades, dos Estados nas três esferas, privados, religiosos, fúnebres. Constrói-se estátuas, praças, monumentos, arquitetura, chafarizes, avenidas, ruas, e nomeiam-se com nome de celebridades. Entretanto, não se vê o posto em nome dos que verdadeiramente participaram do processo, os sem vozes, mas sim, da elite.

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p.3).

Mormente, o que até aqui foi exposto, o que se constata nas diversas cidades que foram capturados os nomes de ruas, avenidas, praças, chafarizes monumentos e no acervo arquitetônico não se vê estampado os nomes “dos sem vozes”, “excluídos” os da “história de baixo”, entre eles - os nativos que já habitavam essas terras e que foram dizimados e os africanos trazidos para as fazendas dos cafezais no Vale do Paraíba para serem escravizados. Assim sendo, impera o silêncio nas

representações sociais dessas categorias que também fizeram história. Para eles não tem memória e nem história?

#### 4. RESULTADOS

Esse estudo teve por objetivo analisar a trajetória do Barão de Guapy em Barra Mansa, Vale do Paraíba do XIX, a partir da teoria da memória histórica proposta por Halbwachs, na condição de um protótipo da região do médio Vale do Paraíba que carrega para a seguinte compreensão, a partir da teoria foucaultiana de poder, discurso e disciplina, lembrar sempre de uns e o silêncio permanente de outros.

O que foi demonstrado ao longo da pesquisa, norteado pela hipótese de que as representações sociais são históricas e simbolicamente construídas pelo poder econômico e político para uma demarcação de espaço, em detrimento dos sem vozes, é que o poder nas suas diversas vertentes foi exercido desde os primórdios do vale paraibano na sua forma mais cruel possível. No entanto, até a contemporaneidade isso é aplinado pelo pensamento que ainda subsiste nos quesitos representações sociais, a permanência do *status quo*.

Conforme se depreende do alcance do pensamento de Michel Foucault, que diz, “o homem máquina [...] é ao mesmo tempo uma redução do materialista da alma [...] do adestramento [...], docilidade que une ao corpo analisável o corpo manipulável” (FOUCAULT, 2012, p.132). Em conformidade a isso, o período cafeeiro no século XIX no vale desenvolveu-se em riqueza econômica, política e cultural em torno de um eixo, um motor: escravos manipuláveis nas senzalas, do outro lado o seu senhor na vigilância e coação.

A relação entre senhores e escravos era fundamentada na dominação pessoal e estava determinada principalmente pela coação. Assim, os castigos físicos e as punições eram aspectos essenciais da escravidão. Os cativos tinham pouquíssimos recursos contra os castigos recebidos. A menos que a punição resultasse em morte e alguém se dispusesse a delatar às autoridades, pouco ou nada podia ser feito. Apesar da legislação colonial permitir que escravos e livres denunciassem senhores cruéis às autoridades civis ou eclesiásticas, pouquíssimos senhores responderam perante os juizes por acusações de crueldade contra escravos (ALBUQUERQUE, 2006, p.68).

Concretamente, Barão de Guapy no seu tempo teve uma trajetória simetricamente aos seus pares, pequeno, médio e grandes fazendeiros que se espalhavam pela região, com o mesmo *modus operandi* na produção de café e o emprego de escravizados. Razão pela qual, frente aos papéis que desempenharam, não desaprovam as homenagens recebidas.

Entretanto que, aos nativos da região que sofreram extermínio e os africanos que foram escravizados nas fazendas de café sob o domínio da chibata, receberem também os louvores, sendo

consagrados pelo que aqui também fizeram. Portanto, tais condecorações estariam, de algum modo, envernizadas por uma certa justiça.

O processo que foi instaurado no Vale do Paraíba com a derrubada das matas e expulsão dos povos originários para implementar os cafezais, possibilita visualizar a quele contexto e a contemporaneidade por duas dimensões a partir do procedimento de “exclusão” e o mais evidente a “interdição.” Assim é a dicção de Foucault, trazendo três tipos de interdição que se cruzam: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p.9).

Se, conforme diz o filósofo, dos três grandes sistemas que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade (p.19), então, o silêncio dos excluídos enquanto africanos escravizados e dos povos originários nas representações sociais, e do outro lado os discursos na prática política, organização dos partidos, domínio das instituições sociais, dos quais Barão de Guapy muito se utilizou na condição de uma liderança, pode se dizer que, na perspectiva foucautiana, foram narrativas no seu tempo e na contemporaneidade inclinada deliberadamente nas diversas linguagens, entre os discursos, a manifestação de silenciar os grupos e permanência no poder.

Portanto, respondendo a problemática, são diversos os mecanismos operantes para um bem comum da elite dominante com uma finalidade: exclusão de determinadas categorias sociais, silenciando-as, isolando os “sem vozes”, que é uma proibição indireta.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se buscou ao longo desse estudo foi entender e compreender a dinâmica da elite cafeeira do Vale do Paraíba, através da trajetória do Barão de Guapy enquanto um protótipo, tratando-se das representações sociais das elites dominantes e ausência de categorias que no seu tempo e na contemporaneidade fizeram história. Com efeito, ainda o pensamento é arcaico, o de permanência. Sabendo-se que, entre os fazendeiros da região no século XIX, Vale do Paraíba, Barão de Guapy exerceu poder político na liderança e de mando, tanto na esfera pública e privada. São fatos que contribuíram para garantir-lhe o “prestígio” e, assim, perpetuar no seu tempo exercendo poder e, ainda, até na contemporaneidade sendo representado pelos Monumentos Históricos, Patrimônio Cultural Imaterial. Contudo, aqueles que também fizeram história no seu tempo, foram expulsos de suas terras, outros exterminados, outros escravizados, simplesmente tiveram sortes diferentes nas representações, foram sepultados no caixão do silêncio.

## REFERÊNCIAS

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL, Petrópolis, 1954. Acesso em 15 de março 2025, <https://museuimperial.museus.gov.br/anuariosdomuseuimperial/>

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre:

Zouk, 2007. \_\_. Questões de sociologia, 2005.

DE ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro et al. Uma história do negro no Brasil. Centro de Estudos Afro-Orientais, 2006.

DOS SANTOS, Myrian Sepúlveda. Memória colectiva e teoria social. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2012.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de Frances, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 1996.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. O que é memória social? 2005.

HALBWACHS Maurice: A Memória Coletiva. Curitiba, antoniofountora, 2024;

HALBWACHS Maurice: Os Quadros Sociais Da Memória. Curitiba, antoniofountora, 2023;

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993;

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, vol. 2, n ° 3, Rio de Janeiro: Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva, tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn-Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ZALUAR, Augusto Emílio. Peregrinação pela província de S. Paulo, 1860-1861. BL Garnier, 1863.